

A SOCIEDADE CIVIL E O PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE

Sérgio Chichava

INTRODUÇÃO

As organizações da sociedade civil moçambicanas (OSCM), apoiadas por parceiros de outros países, principalmente do Brasil e Japão, têm sido bastante críticas em relação ao ProSavana, o programa trilateral de desenvolvimento agrícola brasileiro-japonês-moçambicano mais ambicioso e mediático do Brasil e do Japão na história recente da sua cooperação internacional em projectos de desenvolvimento em África. O êxito do Prodecer, uma parceria de desenvolvimento nipónico-brasileira, na transformação da savana tropical do Brasil (conhecida como *cerrado*) numa das regiões agrícolas mais produtivas do mundo, é um dos argumentos avançados para a concepção do ProSavana.¹ As OSCM afirmam que este programa beneficiará, principalmente, o capital brasileiro e japonês e a elite moçambicana, expropriando e marginalizando os pequenos produtores locais e levando a um êxodo rural, reproduzindo os mesmos problemas criados pelo Prodecer no Brasil. Consequentemente, as OSCM iniciaram uma série de protestos exigindo aos governos dos três países que suspendam e repensem o programa. Contudo e diferentemente das OSCM, os promotores do ProSavana vêem a situação de forma diferente, considerando que o programa irá revolucionar a agricultura em Moçambique, transformando o Corredor de Nacala, no Norte, numa zona agrícola altamente produtiva e resolvendo, definitivamente, a questão da insegurança alimentar.

Entretanto, se no princípio as OSCM envolvidas na luta contra o ProSavana apresentavam um certo consenso sobre a necessidade de parar e reformular o programa, em coordenação com as partes interessadas e afectadas, hoje apresentam-se profundamente divididas, umas defendendo a suspensão definitiva do programa e outras, a sua adopção, se forem acauteladas as suas posições. Este artigo tem dois objectivos: primeiro, analisar as diferentes formas usadas pelas OSCM para contestar o ProSavana; segundo, mostrar e explicar as divergências entre estas organizações. O texto encontra-se estruturado da seguinte forma: primeiro, apresenta-se sucintamente

¹ Para mais informação sobre o Prodecer, ver: <http://www.campo.com.br/prodecer/?lang=es>.

o ProSavana; em seguida, apresentam-se as diferentes formas de protesto das OSCM; por fim, analisam-se as divergências entre as OSCM em relação ao ProSavana.

BREVE APRESENTAÇÃO DO PROSAVANA

Como já referido, a experiência de desenvolvimento do *cerrado* no Brasil, com base num programa de cooperação de 30 anos com o Japão – Prodecer (1979-2001) –, inspirou o ProSavana. Os promotores do Prodecer afirmam que este programa foi responsável pela transformação do *cerrado* brasileiro numa das regiões mais produtivas do país e no segundo produtor mundial de soja, depois dos Estados Unidos. Através dele, o Brasil recebeu do Japão importante *know-how* aplicável ao desenvolvimento agrícola da savana tropical. Apoiado neste facto, Kenzo Oshima, então vice-presidente da Japan International Cooperation Agency (JICA), e Marco Farani, na altura director da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), assinaram em 2009 um memorando assumindo o compromisso de um Programa de Parceria Brasil-Japão para o Desenvolvimento da Savana Tropical Africana, que reproduziria a experiência do *cerrado* brasileiro em Moçambique, através do ProSavana. A implementação do ProSavana começou em 2011, prevendo-se que ocupe uma área de 14 milhões de hectares no Corredor de Nacala e abrangendo as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Tete e Zambézia, num prazo de pelo menos 20 anos. O ProSavana prevê o desenvolvimento de sistemas de produção comercial de larga escala, a par de agricultura familiar de subsistência, através de tecnologia de ponta, das experiências brasileira e japonesa e de técnicas agrícolas de conservação. O programa está dividido em três componentes, cada uma com as suas disposições institucionais e instituições executoras, a serem implementadas em três fases, nomeadamente o ProSavana-PI, ProSavana-PD e ProSavana-PE².

O ProSavana-PI centra-se em pesquisa e na modernização e capacitação institucional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Com uma duração de cinco anos (2011-2016), esta componente é executada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-Pecuária (Embrapa) em coordenação com o IIAM e o Centro Internacional de Pesquisa em Ciências Agrárias do Japão (JIRCAS).

A segunda componente, que se previra começar em 2012 e terminar em 2014, mas por razões que avançaremos mais tarde ainda não foi implementada, consiste na formulação de um plano director (ProSavana-PD) que conceba o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala. Esta componente é coordenada pela JICA, pela ABC e pelo Ministério da Agricultura de Moçambique (Minag)³.

A terceira componente, o ProSavana-Projecto de Extensão e Modelos (ProSavana-PEM), prevista para ser implementada entre 2013 e 2019, tem como objectivo aumentar os níveis de

² A informação que usamos para descrever o ProSavana pode ser encontrada aqui: <http://www.prosavana.gov.mz/?lang=pt-pt>.

³ Actual Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA).

produção agrícola em áreas-alvo específicas do Corredor de Nacala, através da adopção de modelos de desenvolvimento agrícola. Esta componente será também implementada pelo Minag, pela JICA e pela ABC.

Segundo a Embrapa, espera-se que o projecto venha a beneficiar directamente 400 mil pequenos e médios produtores e, indirectamente, 3,6 milhões (Embrapa, 2012). De acordo com os executores do ProSavana, a escolha do Corredor de Nacala deve-se ao facto de esta região possuir características agro-ecológicas semelhantes ao *cerrado* brasileiro. Este aspecto não é exclusivo do ProSavana, pois o Brasil acredita que a sua experiência de desenvolvimento é aplicável a África, dado partilharem o mesmo tipo de clima tropical. Assim, a maior parte, senão todos, dos programas brasileiros de cooperação para o desenvolvimento em África, em particular Moçambique, é uma réplica dos que foram implementados no Brasil e considerados bem-sucedidos (Chichava *et al.*, 2013). Esta é uma das razões de conflito entre as OSCM e os proponentes do ProSavana, pois os primeiros acham que o Prodecer foi um fracasso total, enquanto os últimos acham o contrário, defendendo que pode ser exportado para Moçambique e para outras partes de África.

A CONTESTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL MOÇAMBICANA AO PROSAVANA

O activismo das OSCM contra o ProSavana data de 2011. A crítica ao ProSavana faz-se essencialmente através de cartas abertas, organização de *workshops*, conferências ou seminários em que são denunciados os possíveis efeitos nefastos deste programa em Moçambique.

Das OSCM que se têm destacado na luta contra o ProSavana fazem parte a União Nacional dos Camponeses (Unac)⁴, a Justiça Ambiental (JA)⁵, a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), a Plataforma Provincial de Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N)⁶ e a Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (Adecru)⁷. A Unac, JA, Adecru e ORAM têm sede na capital, Maputo, enquanto a PPOSC-N tem sede em Nampula. Esta precisão é importante, porque, como se verá, marcará também a maneira como estas organizações se posicionam em relação ao ProSavana.

A primeira declaração pública contra o ProSavana foi feita pela Unac através dos seus núcleos provinciais de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Niassa, numa reunião realizada em Outubro de 2012 em Nampula. Segundo a Unac, havia basicamente dois problemas com o

⁴ Baseada em Maputo, é a maior organização de representação e defesa dos camponeses em Moçambique e foi criada em 1987.

⁵ Organização criada em 2004 em Maputo, luta pela equidade e defesa do meio ambiente.

⁶ Criada em 2009 e baseada em Nampula, define-se como um mecanismo de coordenação das iniciativas das Organizações da Sociedade Civil (OSC) integradas nas redes temáticas e sectoriais, assim como para facilitar a comunicação com os parceiros dos sectores, público e privado, na consecução das iniciativas de desenvolvimento provincial.

⁷ Criada em 2007, tem como foco a defesa das comunidades rurais, a promoção do desenvolvimento local e inclusivo.

ProSavana: para além de o Prodecer, em que se inspira o ProSavana, ter favorecido a agro-indústria de larga escala, degradado o ambiente, expropriado e marginalizado as populações indígenas do *cerrado* brasileiro, havia também escassez de informação e pouca transparência em relação à forma como este programa seria implementado em Moçambique (Unac, 2012). Endurecendo e internacionalizando as acções, em Maio de 2013, 23 OSCM, com o apoio de 43 organizações internacionais, endereçaram uma «carta aberta» aos chefes de Governo de Moçambique, do Japão e do Brasil, exigindo a suspensão imediata do ProSavana, de modo a permitir uma reflexão e reformulação do programa envolvendo não só as associações de apoio e defesa dos camponeses como os próprios camponeses, através de um diálogo inclusivo e democrático (Adecru *et al.*, 2013).

Embora dirigindo-se de forma específica aos presidentes dos três países implementadores do ProSavana, havia algo em comum nas exigências destas organizações: Pedido para se focar mais na agricultura familiar, que ocupa a maior parte da população rural de Moçambique, em detrimento do agro-negócio, que na sua opinião irá beneficiar apenas as multinacionais.» Ao Brasil, por exemplo, que acusavam de se escudar por detrás do discurso de solidariedade para facilitar a entrada das multinacionais, exigia-se que, entre outras coisas, desse mais prioridade ao Programa Mais Alimentos⁸, que, no entender destas organizações, dá primazia aos pequenos agricultores ao invés do ProSavana, que privilegia o agro-negócio. O Japão era acusado de o seu investimento em mega infra-estruturas no Corredor de Nacala ter como finalidade apenas facilitar o escoamento da produção resultante do ProSavana a favor das multinacionais, ignorando a agricultura camponesa. Por seu lado, ao Presidente de Moçambique recordava-se-lhe que a agricultura familiar, que ocupa 80% da população de Moçambique e é responsável pela produção de mais de 90% dos alimentos produzidos no País, e que sempre esteve na vanguarda nos momentos mais cruciais da História do País, devia ser protegida contra o agro-negócio, sob o risco de criar graves privações não só neste sector como no País (*Idem*).

Como já referido, as OSCM têm recebido um apoio bastante importante dos seus parceiros brasileiros e japoneses. Assim, em Agosto de 2013, organizou-se em Maputo a Conferência Triangular dos Povos (Japão, Brasil e Moçambique), onde, uma vez mais, as OSCM reiteraram as suas posições em relação ao ProSavana, tendo as organizações brasileiras e japonesas insistido sobre os impactos negativos do Prodecer no Brasil, exigindo a sua não implementação em Moçambique (Justiça Ambiental, 2013).

Por exemplo, considerando que a «carta aberta» de Maio de 2013 não obtivera resposta e que o ProSavana estava já em acção, cinco organizações japonesas, designadamente a ATTAC Japan, a Oxfam Japan, a Japan International Volunteer Center (JVC), a Africa-Japan Forum (AJF)

⁸ Trata-se de um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil para financiar e capacitar a agricultura familiar. O programa está também a ser implementado em Moçambique. Para mais detalhes, ver <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos/>.

e a Citizens Concerned with the Development of Mozambique (CCDM), elaboraram em Setembro de 2013 uma nova «carta aberta», especificamente dirigida ao primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, em que defendiam não só a paragem imediata do ProSavana como também uma revisão fundamental deste programa (ATTAC Japan *et al.*, 2013).

Cerca de um ano após a «carta aberta» de Maio de 2013, mais precisamente a 2 de Junho de 2014, e no que pode descrever-se como um momento culminante neste processo, nove OSCM lançaram uma campanha nacional denominada «Não ao ProSavana», exigindo uma paralisação total e imediata do programa, insistindo uma vez mais nos impactos negativos para o meio ambiente e para a população local que este programa iria trazer na ausência de diálogo e transparência em relação à sua concepção e implementação. Estas organizações denunciavam também casos de intimidação pelas autoridades moçambicanas às populações locais que se opunham ao ProSavana. Afirmavam que, com vista à implementação deste programa, as populações estavam a ser, coerciva e compulsivamente, expulsas do seu território. Segundo estas organizações, a campanha «Não ao ProSavana» era uma resposta ao «silêncio» dos governos do Japão, Brasil e Moçambique relativamente à sua «carta aberta» de 23 de Maio de 2013 (Adecru, 2014).

Esta posição foi também reiterada na 2.^a Conferência Triangular dos Povos realizada em Maputo a 24 de Julho do mesmo ano. Nesta, os participantes referiram que já se testemunhavam alguns impactos negativos do ProSavana. Por exemplo, a Unac observava que só no distrito de Monapo, província de Nampula, o ProSavana expropriara cerca de 3000 hectares de terra aos produtores locais para serem entregues a agro-negócios, para a produção de soja (Suzete, 2014) – notícia difícil de confirmar.

Se nos primeiros anos da implementação do ProSavana as críticas eram mais dirigidas à participação do Brasil no programa, vista como tendo como objectivo principal beneficiar as suas agro-indústrias e os seus agricultores, ultimamente o Japão também tem sido bastante visado – posição secundada pelas OSC japonesas.

É de sublinhar que, durante a visita do primeiro-ministro japonês a Moçambique em 2014, as OSCM locais foram bastante críticas, considerando que, embora mascarada em discursos de amizade e solidariedade, tinha uma agenda «imperialista» oculta pretendendo apenas consolidar os interesses daquele país asiático em detrimento dos dos moçambicanos (Vujanhe, 2014).

FISSURAS NO SEIO DAS OSCM: MANIPULAÇÃO, PROCURA DE PROTAGONISMO OU LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA?

As acções das OSCM têm tido alguns efeitos positivos, levando os responsáveis pela elaboração do ProSavana a fazer esforços para lhe dar mais transparência e para incluir as OSCM nos debates sobre o programa.

A primeira reunião organizada pelo Minag para apresentar o ProSavana e consultar as OSC foi realizada em Cuamba, distrito da província do Niassa, em Setembro de 2013. Segundo o Minag, a ideia era apresentar e discutir o ProSavana-PD com as OSCM. Da mesma forma, depois de as OSCM terem apresentado as suas preocupações numa conferência realizada a 24 de Julho de 2014 em Maputo, o Minag foi novamente forçado a responder, reafirmando a disposição de Moçambique, Japão e Brasil em dialogar de forma transparente sobre o ProSavana com os representantes das OSCM e as suas congéneres brasileiras e japonesas⁹.

Desde então, o Governo publica regularmente informações sobre o ProSavana numa página do seu *site* especialmente dedicada ao programa. O Minag tem também distribuído à população local panfletos em português e nas línguas nacionais explicando o ProSavana.

Entretanto, algumas OSCM, como a Unac e a Adecru, olham com suspeição a abertura dos proponentes do ProSavana e a criação do Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (MCSC) em Fevereiro de 2016, afirmando que não é uma iniciativa honesta e transparente, havendo manipulação e cooptação de algumas organizações para que legitimem o programa, enfraquecendo a sua luta contra o ProSavana (Adecru, 2016; Unac, 2016).

Entre as organizações consideradas como tendo sido cooptadas estão a PPOSC-N, o Fórum das Organizações não Governamentais do Niassa (Fonagni), o Fórum das Organizações não Governamentais da Zambézia (Fongza) e a Rede de Organizações para Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Zambézia (Radeza), curiosamente todas oriundas de regiões onde o ProSavana está a ser implementado.

Por seu turno, a PPOSC-N, o Fonagni e o Fongza, contrariamente à Adecru e à Unac, entendem que o MCSC será um espaço onde «as organizações da Sociedade Civil e as comunidades possam dialogar de forma eficiente e que desempenhem seu papel junto ao Governo e seus parceiros no ProSavana nos processos de planificação, implementação e monitoria» (PPOSC-N *et al.*, s.d.). Estas organizações acreditam que este espaço vai permitir a revisão e a finalização do ProSavana-PD, incorporando e acautelando as preocupações das OSCM, que, como já vimos, constituem o centro de discórdia com os proponentes do ProSavana. De salientar que em virtude da pressão das OSCM, o ProSavana-PD, que deveria ter começado em 2013, ainda não fora implementado, pelo menos, até ao primeiro semestre de 2016.

Basta olharmos para os resultados da votação das 39 organizações que participaram na proposta de revisão do ProSavana-PD em Nampula, em Janeiro de 2016, para verificarmos a divisão no seio das OSCM: quatro votaram não à continuação do ProSavana; sete votaram contra, mas aceitaram negociar mediante aceitação das suas condições de diálogo; duas estavam indecisas; 19 votaram a favor de dialogar com o ProSavana, se fossem aceites algumas

⁹ Para mais detalhes, consultar: <http://www.prosavana.gov.mz/index.php>.

alterações no ProSavana-PD; e sete organizações designadas como governamentais não mostraram nenhum posicionamento. Alguns membros da Unac foram igualmente acusados de só eles terem acesso a viagens ao Japão, em detrimento das outras organizações (Majol, 2016). Outro aspecto que demonstra as divergências entre as OSCM é o facto de a Unac, corroborada pela Ade cru, pelo Observatório do Meio Rural (OMR) e pelo Fórum Terra, ter denunciado que no encontro de Nampula houve atitudes de intimidação e tentativas de agressão aos seus membros pelos subscritores do ProSavana (neste caso, um consultor da JICA), por estes não concordarem com os termos do programa. Ao mesmo tempo, segundo membros da PPOSC-N, alguns elementos da Unac presentes nesta reunião teriam propalado mentiras contra a sua organização (Majol, 2016).

De realçar que o MCSC é liderado pela PPOSC-N, que tem a OMR (das poucas de entre as OSCM baseadas em Maputo que aceitou integrar o MCSC), como coordenadora do Grupo de Técnico, cujo objectivo é emitir pareceres e sugestões de melhoria ao ProSavana-PD.

As clivagens entre as OSCM do Sul e as OSCM do Centro e Norte também se constatarem no facto de a «carta aberta» de 23 de Maio, que exigia a paragem e a reformulação do ProSavana, ter sido subscrita pela maior parte das OSCM do Sul do País envolvidas na denúncia deste programa, através da campanha «Não ao ProSavana», que, como o próprio *slogan* indica, defende que não há espaço para o ProSavana, devendo este ser, pura e simplesmente, abandonado e substituído por uma agricultura que dê primazia apenas ao sector familiar. Isto evidencia as diferentes abordagens em relação a este programa, pois enquanto a maior parte das OSCM do Sul defende o fim do ProSavana, as do Norte e Centro defendem a sua revisão.

Estes aspectos revelam uma profunda divisão no seio das OSCM, que pode vir a descredibilizar o seu activismo contra o ProSavana. Estas clivagens podem constituir uma procura de protagonismo por parte de algumas organizações, mas também podem representar uma luta pela emancipação por parte de algumas organizações do Centro e Norte do País em relação às do Sul, mais concretamente de Maputo, vistas como se considerando a alfa e ómega das OSCM.. Reformulando, pode ser uma maneira de as OSCM do Centro e Norte do País constituírem o seu próprio espaço, libertando-se da tutela das OSCM de Maputo; de mostrarem que, mais do que as OSCM de Maputo, têm

ideias e interesses próprios e que a situação do Corredor de Nacala, embora seja uma questão nacional, lhes interessa ou lhes afecta em primeiro lugar. Igualmente, não pode perder-se de vista que estas clivagens podem também constituir uma luta pela sobrevivência, visto que umas organizações acham que só algumas é que estão a sair beneficiadas das parcerias com os seus pares do Japão e do Brasil.

CONCLUSÃO

Este artigo discutiu a maneira e as razões que levam as OSCM a ser críticas do programa ProSavana. Basicamente, a contestação tem sido feita através de «cartas abertas», organização de seminários e debates públicos, com a participação de OSC internacionais, particularmente do Japão e do Brasil. Dado que o programa está ainda no seu início, pelo que nada de concreto se pode avançar sobre os seus reais impactos, as críticas baseiam-se, essencialmente, na experiência negativa do Prodecer no *cerrado* brasileiro, em particular na marginalização dos pequenos agricultores em prol do grande capital e nos efeitos perniciosos no meio ambiente local.

O artigo discutiu também a relação entre as OSCM que contestam o ProSavana, mostrando que, não estando satisfeitas com a forma como o programa foi concebido, umas defendem o seu abandono, outras defendem a sua revisão, situação que tem criado alguma desconfiança no seu seio.

O aparecimento de investimentos maciços em Moçambique por parte das chamadas «potências emergentes» do Sul, particularmente do Brasil e da China, chamou a atenção das OSCM para os impactos desses investimentos, especialmente em projectos agrícolas e de mineração, que normalmente incluem o desalojamento e reassentamento das populações locais. O que se critica não é o investimento em si, mas o que se considera falta de transparência e de inclusão das populações locais na discussão e na implementação do projecto. As OSCM estão também preocupadas com as enormes extensões de terra exigidas por esses projectos. A contestação tem tido alguns resultados positivos, forçando os proponentes do programa a dar explicações e a responder a reclamações das OSCM.

A principal preocupação expressa pelas OSCM sobre os megaprojectos como o ProSavana, que combinam a cooperação internacional para o desenvolvimento com investimento directo estrangeiro, reside no facto de acharem que irão beneficiar apenas os interesses da elite política local e das multinacionais, de não existir uma discussão aberta e inclusiva com as partes interessadas e as que provavelmente poderão ser afectadas e de haver pouca informação sobre como vai ser implementado o programa.

Entretanto, e sem tirar mérito às OSCM e ao combate que travam em relação ao ProSavana, é preciso sublinhar que os argumentos avançados para a crítica a este programa não são endógenos, e não resultam da sua experiência ou constatação em relação a este programa, mas sim dos argumentos e experiências avançados pelas suas congéneres brasileiras e japonesas em relação ao Prodecer no Brasil. Mais do que qualquer outro megaprojecto, a crítica ao ProSavana tem a particularidade de envolver um número significativo de OSC internacionais, sobretudo do Japão e do Brasil, o que tem contribuído para dar maior visibilidade e internacionalização à contestação.

REFERÊNCIAS

- Adecru (2016). Depois de desperdiçados mais de 560 milhões de ienes para elaboração do Plano Director do ProSavana, os governos optam pela cooptação da Sociedade Civil. Janeiro. Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2016/01/11/depois-de-desperdicados-mais-de-560-milhoes-de-ienes-para-elaboracao-do-plano-direc-tor-do-prosavana-os-gove-rnos-optam-pela-cooptacao-da-sociedade-civil/> (consultado a 7 de Maio de 2016).
- Adecru *et al.* (2013). Carta aberta para deter de forma urgente o Programa ProSavana – Notas Públicas – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. Disponível em: http://www.abong.org.br/notas_publicas.php?id=6219 (consultado a 7 de Maio de 2016).
- Alice News (2016). Moçambique: Unac manifesta indignação e condena processo do ProSavana. 13 de Janeiro. Disponível em: <http://alice.ces.uc.pt/news/?p=5069> (consultado a 12 de Maio de 2016).
- ATTAC Japan *et al.* (2013). Japanese civil society statement on ProSavana Call for an immediate suspension and fundamental review. 10 de Novembro. Disponível em: <http://cadtm.org/Japanese-civil-society-statement> (consultado a 9 de Maio de 2016).
- Chichava, S. *et al.* (2013). Chinese and Brazilian Cooperation with African Agriculture: The Case of Mozambique. *Working Paper*, 49. Future Agriculture Consortium.
- Embrapa (2012). Avançam ações de projeto conjunto entre Brasil, Japão e Moçambique. Portal Embrapa. 31 de Janeiro. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/1461641/avancam-acoes-de-projeto-conjunto-entre-brasil-japao-e-mo-cambique> (consultado a 12 de Maio de 2016).
- Justiça Ambiental (2013). O disse não disse de quem não quer dialogar. Disponível em: <https://justicaambiental.wordpress.com/2013/08/> (consultado a 9 de Maio de 2016).
- Majol (2016). Acta do Encontro de Sociedade Civil sobre ProSavana. Disponível em: <https://adecru.files.wordpress.com/2016/02/acta-worshop-11-e-12-janeiro-final.pdf> (consultado a 8 de Maio de 2016).
- PPOSC-N *et al.* (s.d.). Comunicado de imprensa. Disponível em: http://awsassets.wwfmoz.org/downloads/comunicado_de_imprensa_em_portugues.pdf (consultado a 17 de Junho de 2016).
- Suzete, I. (2014). Mozambique: civil society organizations decided to globalize the «No to ProSavana» campaign and promise to give legal responsibility to «perpetrators». *La Via Campesina*. Disponível em: <http://viacampesina.org/en/index.php/actions-and-events-mainmenu-26/stop-transnational-corporations-mainmenu-76/1643-mozambique-civil-society-organizations-decided-to-globalize-the-no-to-prosavana-campaign-and-promise-to-give-legal-responsibility-to-perperators> (consultado a 21 de Junho de 2016).

- Unac (2012). Land grabbing for agribusiness in Mozambique: Unac statement on the ProSavana Program. Disponível em: <http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/agrarian-reform-mainmenu-36/1321-land-grabbing-for-agribusiness-on-mozambique-unac-statement-on-the-ProSavana-programme> (consultado a 8 de Maio de 2016).
- Vujanhe, J. (2014). Às vésperas de uma visita imperial. *Adecru*, 16 de Janeiro. Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2014/01/> (consultado a 17 de Junho de 2016).